

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.962, DE 2019

Apensados: PL nº 381/2020, PL nº 4.905/2020, PL nº 1.097/2021, PL nº 2.412/2022, PL nº 419/2022 e PL nº 3.130/2023

Dispõe sobre dilação de prazo a advogado acometido de doença.

**Autora:** Deputada CARMEN ZANOTTO

**Relator:** Deputado ALEX MANENTE

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.962, de 2019, de iniciativa da Deputada Carmen Zanotto, visa alterar a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para possibilitar a suspensão do processo por 15 (quinze) dias quando o advogado for acometido de doença que impossibilite o respectivo exercício profissional.

De acordo com o teor da proposta legislativa referida, a comprovação da impossibilidade de atuação do advogado se dará mediante atestado médico, emitido na forma da lei, enviado ao juízo do processo ou da comarca onde ocorre a tramitação do feito ou de atuação principal do advogado.

Prevê-se, ainda, no âmbito da proposição aludida, que a suspensão se dará em todos os processos de atuação do advogado, ainda que já intimado para a prática de ato processual.

Mediante despacho da Mesa Diretora desta Câmara dos Deputados, a aludida proposição foi distribuída, para análise e parecer, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos dos artigos 24 e 54 do Regimento Interno desta Casa, a fim de tramitar em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.



Ao referido projeto de lei, foram apensadas, para o fim de tramitação conjunta, as seguintes propostas legislativas da mesma espécie:

- a) PL nº 381/2020, de autoria da Deputada Renata Abreu, que prevê alteração do Código de Processo Civil e da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), para instituir a licença-funeral para advogado, que consistirá em suspensão do processo por 8 (oito) dias a partir da data do falecimento de cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente, irmão ou pessoa que viva sob a dependência econômica do único patrono da causa;
- b) PL nº 4.905/2020, de autoria do Deputado Geninho Zuliani, que é destinado a alterar o Código de Processo Civil e a Lei nº 8.906, de 1994, para regular o direito dos advogados e advogadas, quando forem o único patrono da causa, ao adiamento de atos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade, concessão de adoção ou guarda de menor, interrupção não criminosa de gravidez antes da viabilidade fetal, luto ou doença grave, bem como para estabelecer normas de proteção ao trabalho do advogado com deficiência e da advogada gestante ou lactante;
- c) PL nº 1.097/2021, de autoria dos Deputados Juninho do Pneu e Gelson Azevedo, que trata de dispor sobre a suspensão dos prazos processuais do advogado acometido por COVID-19 ou outra doença grave, quando for o único patrono da causa;
- d) PL nº 2.412/2022, de autoria do Deputado Rubens Pereira Júnior, que busca alterar o Código de Processo Civil e a Lei nº 8.906, de 1994, para regular o direito dos advogados e advogadas, quando forem o único patrono da causa, ao adiamento de atos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade, concessão de adoção



ou guarda de menor, interrupção não criminosa de gravidez antes da viabilidade fetal, luto ou doença grave, bem como para estabelecer normas de proteção ao trabalho do advogado com deficiência e da advogada gestante ou lactante;

- e) PL nº 419/2022, de autoria do Deputado José Nelto, que cuida de ampliar, para 15 (quinze) dias, o prazo de suspensão de processo judicial em favor do advogado que se tornar pai estabelecido pelo § 7º do caput do art. 313 do Código de Processo Civil; e
- f) PL nº 3.130/2023, de autoria da Deputada Delegada Adriana Accorsi, que trata de ampliar, para 120 (cento e vinte) dias, o prazo de suspensão de processo judicial em razão de parto ou adoção em favor de advogada estabelecido pelo § 6º do caput do art. 313 do Código de Processo Civil.

Consultando os dados relativos à tramitação das referidas propostas legislativas nesta Casa, observa-se que, no curso dos prazos concedidos para oferecimento de emendas no âmbito desta Comissão em diferentes legislaturas, nenhuma foi apresentada.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre todas as proposições mencionadas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

Os referidos projetos de lei se encontram compreendidos na competência da União para legislar, sendo legítimas as iniciativas legislativas e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria em cada um



daqueles versada. Vê-se, pois, que tais propostas legislativas obedecem aos requisitos constitucionais formais exigidos para a espécie normativa.

Além disso, essas proposições não contrariam, à evidência, normas de caráter material erigidas pela Carta Magna, bem como os princípios e fundamentos que informam o nosso ordenamento jurídico.

No que tange à técnica legislativa empregada nos projetos de lei em apreço, é de se verificar que se encontra de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, salvo quanto a algumas irregularidades sanáveis detectadas.

No que diz respeito ao mérito das proposições em análise, entendemos que se afiguram judiciosas, merecendo o conteúdo propositivo delas emanado, em parte, prosperar.

A Lei nº 13.363, de 25 de novembro de 2016, procedeu a alterações no âmbito da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e do Código de Processo Civil para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e também para o advogado que se tornar pai.

Como resultado disso, houve a previsão, no âmbito do Código de Processo Civil, da possibilidade de suspensão de processo, em favor de advogada única patrona da causa, por 30 (trinta) dias, em razão de parto ou concessão de adoção, bem como, em favor de advogado, por 8 (oito) dias, quando se tornar pai.

Também restaram estabelecidos, por acréscimo legislativo, direitos para advogadas nos termos do art. 7º-A da Lei nº 8.906, de 1994, transcrito a seguir:

“Art. 7º-A. São direitos da advogada:

I - gestante:

- a) entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X;
- b) reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais;



II - lactante, adotante ou que der à luz, acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê;

III - gestante, lactante, adotante ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição;

IV - adotante ou que der à luz, suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.

§ 1º Os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação.

§ 2º Os direitos assegurados nos incisos II e III deste artigo à advogada adotante ou que der à luz serão concedidos pelo prazo previsto no art. 392 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

§ 3º O direito assegurado no inciso IV deste artigo à advogada adotante ou que der à luz será concedido pelo prazo previsto no § 6º do art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)."

Todos esses novos direitos representaram grande avanço sob a ótica de proteção da gestação, da maternidade, da paternidade, da família e da criança em seus primeiros momentos de vida, levando-se em conta que advogadas e advogados muitas vezes exercem o seu ofício sem vínculo empregatício, bem como sem contar o auxílio de outros profissionais do mesmo segmento trabalhando em conjunto para os mesmos clientes.

Em relação ao advogado responsável pelo processo, quando constituir o único patrono da causa e se tornar pai, o benefício da suspensão do processo já existente cabe ser assegurado por 15 (quinze) dias, período que hoje corresponderia ao exíguo prazo de duração da licença-paternidade, que hoje é de 5 (cinco) dias, conforme o estabelecido no § 1º do Art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

De outra parte, há que se adequar todo o tratamento legal conferido a advogadas e advogados adotantes para restringi-lo às hipóteses em que a adoção for de criança ou adolescente e ainda oferecer igual



tratamento aos profissionais da advocacia que, em função de termo judicial, tornarem-se guardiões de criança ou adolescente para fins de adoção.

Acatamos ainda a previsão de alteração no art. 313 do CPC e no art. 7º do Estatuto da OAB para estabelecer a suspensão dos prazos processuais por 8 (oito) dias, contados a partir da data do falecimento de cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente, irmão ou pessoa que viva sob a dependência econômica do advogado responsável, sendo o único patrono da causa.

Vale ainda explicitar, na mesma lei aludida, os direitos a atendimento prioritário, em repartições e instituições públicas e privadas, em favor dos advogados com mobilidade reduzida ou deficiência, conforme o disposto no art. 9º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, bem como de advogadas gestantes e lactantes e advogados em geral quando estiverem acompanhados de filho, outro descendente ou menor sob sua guarda de até dois anos de idade.

Diante do exposto, o nosso voto, no âmbito desta Comissão, é, portanto, pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.962, de 2019, e dos Projetos de Lei números 381 e 4.905, de 2020, 1.097, de 2021, 419 e 2.412, de 2022, e 3.130, de 2023, apensados, tudo nos termos do substitutivo ora proposto cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, em        de dezembro de 2023.

Deputado ALEX MANENTE  
Relator

2023-18137



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.962, DE 2019**

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre direitos de advogados e advogadas e suspensão processual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º .....

.....

XXII - suspensão de prazos processuais pelo prazo de até 30 (trinta) dias, quando for o único patrono da causa, em razão de doença ou outro motivo relacionado à saúde, conforme atestado médico;

XXIII - suspensão de prazos processuais pelo prazo de 8 (oito) dias, quando for o único patrono da causa, no caso de falecimento de cônjuge, companheiro, mãe ou pai, madrasta ou padrasto, filho, enteado, menor sob guarda ou tutela ou irmão do advogado;

XXIV - atendimento prioritário, em repartições e instituições públicas e privadas, para os advogados com mobilidade reduzida ou deficiência, conforme o disposto no art. 9º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

XXV - atendimento prioritário, em repartições e instituições públicas e privadas, quando gestante ou lactante ou se estiver acompanhado de filho, outro descendente ou menor sob guarda para fins de adoção de até dois anos de idade.



.....” (NR)

Art. 2º O art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 313. ....

.....

VIII - nos demais casos que este Código regula;

IX - pelo parto ou pela concessão de adoção ou guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa;

X - quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e se tornar pai ou guardião para fins de adoção de criança ou adolescente;

XI - quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e, em razão de doença ou outro motivo relacionado à saúde, conforme atestado médico, deva permanecer afastado do exercício profissional;

XII - no caso de falecimento de cônjuge, companheiro, mãe ou pai, madrasta ou padrasto, filho, enteado, menor sob guarda ou tutela ou irmão do advogado, quando o patrono for o único responsável pelo processo;

.....

§ 7º No caso do inciso X, o período de suspensão será de 15 (quinze) dias, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção ou guarda de criança ou adolescente, desde que haja notificação ao cliente.

§ 8º No caso do inciso XI, o período de suspensão será de até 30 (trinta) dias, conforme atestado médico, mediante comprovação perante o juízo ou tribunal competente.

§ 9º No caso do inciso XII, o período de suspensão será de 8 (oito) dias, mediante comprovação do fato perante o juízo ou tribunal competente”. (NR)





Art. 3º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em        de dezembro de 2023.

Deputado ALEX MANENTE  
Relator

2023-18137

